

**AUTÓGRAFO Nº 087, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.**

Dispõe sobre o Programa Municipal Primeiro Emprego – PMPE – no âmbito do município de Uruguaiana, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA: Faço saber, em cumprimento ao disposto no Art. 182 do R. I. da Casa, que o Vereador Vilson José Brites Borges propôs e a Câmara Municipal de Uruguaiana aprovou a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica criado o Programa Municipal Primeiro Emprego – PMPE, no âmbito da Administração Pública do Município de Uruguaiana, objetivando promover a inserção de jovens no mercado de trabalho, a partir de:

- I – iniciativas de incentivo ao projeto de geração de emprego e renda;
- II – estimular programas de apoio à gestão e ao desenvolvimento das cooperativas de trabalho;
- III – desenvolvimento de projetos de qualificação profissional de jovens que buscam o seu primeiro emprego;
- IV – propiciar a requalificação profissional de jovens que não conseguiram inserção profissional no mercado de trabalho;
- V – desenvolver parcerias com agentes oficiais e empreendedores privados para projetos de incubadoras de micro e pequenas empresas, empreendimentos de economia associativa e familiar;
- VI – implantar nas áreas de política públicas de assistência social, o trabalho solidário, inserindo os jovens profissionais nos programas oficiais e conveniados de apoio às creches, asilos, escolas comunitárias; jovens e adolescentes, população de rua, prevenção à AIDS, sem-teto, portadores de necessidades especiais, presos e egressos;
- VII – propiciar programas de suplência para pessoas sem relação de emprego formal ou não concluíram o ensino fundamental;
- VIII – desenvolver programas de obras com mão de obra local e de oportunidades nos serviços concessionários permissionários, vinculados ao PMPE.
- IX – estimular o conhecimento sobre os direitos e civis da juventude;
- X – incentivar debates sobre temas da atualidade relacionado com as modificações socioeconômicas e tecnológicas e suas consequências sociais.

**Art. 2º** Os benefícios desta Lei, deverão ser direcionados para os seguintes públicos:

- I – jovens com idade compreendida entre 16 e 24 anos, com matrícula e frequência em curso de 1º, 2º e 3º graus, com curso técnico ou superior concluído, que nunca tenham estabelecido relação formal de emprego;
- II – jovens vinculados a Programas de inserção social coordenado por órgãos públicos ou organização não governamental;
- III – jovens, egressos do sistema penal;
- IV – jovens portadores de deficiência.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA – RS  
Telefone: (55) 3412-5977 – Fax: (55) 3412-5893  
Home Page: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br)  
E-mail: [expediente@camarauruguaiana.rs.gov.br](mailto:expediente@camarauruguaiana.rs.gov.br)



**Art. 3º** Para implementar o Programa, que dispõe esta Lei, será criada, por Ato Administrativo, Comissão Especial de Acompanhamento, composto por Secretarias ou Órgãos afins, entidades filantrópicas, ONG's, Comissão Municipal Tripartite de Emprego e Renda, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Universidades, SEBRAE, FECOMERCIO, SENAC, SINE e agentes financeiros oficiais e escolas técnicas;

§ 1º A Comissão Especial terá regulamento próprio que definirá as suas competências na supervisão, acompanhamento dos projetos e a gestão dos recursos financeiros do Programa devendo ser composta, paritativamente, entre os órgãos ou instituições de qualquer natureza e as representações da sociedade civil.

§ 2º O encaminhamento às empresas deverá obedecer a ordem cronológica de inscrição as prioridades para o preenchimento das vagas previstas nesta Lei e a adequação do perfil do candidato à natureza do trabalho a ser realizado.

a- a prioridade é para atender aos jovens oriundos de famílias em situação de pobreza.

**Art. 4º** As responsabilidades administrativas e orçamentárias com o Programa ficarão a cargo do Executivo Municipal, através das Secretarias pertinentes.

**Art. 5º** As relações de emprego estabelecidas através do Programa, deverão obedecer à legislação vigente, no tocante aos pisos salariais das categorias profissionais ou ao salário-mínimo vigente, quando o caso, respeitadas as normas trabalhistas, salvo os casos de cooperativas e livre associação, que se regerão pelas leis específicas.

**Art. 6º** Será estabelecido por lei, o Fundo de Emprego e Solidariedade, para onde serão carregados os recursos para apoio e incentivo às atividades definidas no Programa, compreendendo:

- I – recursos orçamentários específicos;
- II – receitas de Convênios com Estado e a União;
- III – aportes de Agências Internacionais de Desenvolvimento;
- IV – aportes de fundos oficiais repassados pelo FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, Apoio à Infância, Amparo à Emergências e outros correlatos;
- V – contratos de parcerias com a iniciativa privada e seus órgãos: SEBRAE, SISTEMA S, FIEMT, FECOMÉRCIO, além de empreiteiras de obras e serviços públicos ou outras empresas que estejam funcionando sob a supervisão e ou concessão ou permissão do poder público municipal;

VI – receitas oriundas de incentivos fiscais estabelecidos por lei;

Parágrafo único. Fica autorizado o aporte de recursos de instituições públicas ou privadas interessadas em financiar o Programa, através do Fundo previsto no “caput” deste artigo.

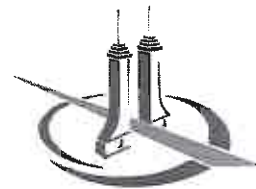
**Art. 7º** Os recursos do Fundo de Emprego e Solidariedade, destinam-se fundamentalmente para o financiamento dos postos de trabalho criados, funcionando como instrumento de viabilização dos convênios e contratos de parcerias, inclusive com a iniciativa privada para a geração de novos empregos.

§ 1º Caberá à lei específica do Fundo estabelecer os mecanismos para o seu funcionamento, captação e financiamento das atividades a que se destina



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**

PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS  
Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA – RS  
Telefone: (55) 3412-5977 – Fax: (55) 3412-5893  
Home Page: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br)  
E-mail: [expediente@camarauruguaiana.rs.gov.br](mailto:expediente@camarauruguaiana.rs.gov.br)



§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo a firmar parcerias com a União, com o Estado, cooperativas de trabalho, as micros, pequenas, médias e grandes empresas, para atingir o objetivo desta Lei.

**Art. 8º** Nos casos de contratos de obras e serviços públicos com empreiteiras prestadoras de serviços e fornecedores, os postos de trabalho a serem criados no âmbito do Programa, deverão representar, no mínimo, 20% (vinte por cento) das oportunidades de emprego geradas pelo contrato.

**Art. 9º** O Poder Executivo deverá regulamentar a presente lei e adotar as iniciativas legislativas dela decorrentes, no prazo de 60 (sessenta) dias da sua publicação.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Uruguaiana, em 10 de outubro de 2017.

  
Ver. JOSÉ FERNANDO TARRAGÓ  
Presidente

À sanção do Poder Executivo.  
Data supra.

  
Ver.<sup>a</sup> ZULMA RODRIGUES ANCINELLO  
2ª Secretária